CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Dino puxa para o STF investigação sobre supostas fraudes em contrato de wi-fi da Prefeitura de SP

Fonte original: BNews SP. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	BNews SP (bnewssaopaulo.com.br)
Autor	Bernardo Rego
Data de publicação	11/09/2026 15:00
URL original	https://www.bnewssaopaulo.com.br/noticias/politica/dino-puxa-para-o-stf-investigacao-sobre-supostas-fraudes-em-contrato-de-wi-fi-da-prefeitura-de-sp-com-ong-de-produtora-do-dark-horse.html
Relevância	Média · Investigação e Justiça · Notícia
Pessoas citadas	Karina Gama, Flávio Dino, Jair Bolsonaro, Karina da Gama
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Fastfuture Tecnologias Emergentes, Complexsys, Prefeitura de São Paulo, Polícia Federal, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas do Município, Prefeitura de SP
Data da coleta	29/09/2026 10:04
Situação	No ar · última verificação 26/11/2026 07:05
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Foram identificados os repasses provenientes da Complexsys, Fastfuture, Ultra IP mencionados nas tabelas acima, e também R$ 300.000,00 da Distribuidora LMS".

• Complexsys: repassou R$ 2.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / BNews SP

RESUMO

Na decisão, que corre sob segredo de justiça, Dino determinou que a Polícia Civil transfira para o STF inquérito que corre em âmbito estadual sobre a ONG da empresária Karina da Gama. Sobre o contrato entre a prefeitura e o ICB o ministro atesta que o instituto foi selecionado em chamamento público promovido pela administração municipal e passou a administrar contrato de elevado valor, inicialmente estimado em R$ 108 milhões e posteriormente ampliado por aditivos contratuais.

Política

por Bernardo Rego

Publicado em 11/09/2026, às 15h00 - Atualizado às 15h38

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta sexta-feira (11) que a Polícia Federal instaure um inquérito exclusivo com o objetivo de investigar o contrato firmado entre a Prefeitura de São Paulo e o Instituto Conhecer Brasil (ICB), presidido por Karina Ferreira da Gama, produtora do filme Dark Horse que conta a história do ex-presidente Jair Bolsonaro e foi financiado com dinheiro do ex-banqueiro Daniel Vorcaro.

Na decisão, que corre sob segredo de justiça, Dino determinou que a Polícia Civil transfira para o STF inquérito que corre em âmbito estadual sobre a ONG da empresária Karina da Gama.

O ministro suspendeu as empresas, seus representantes legais, e outras pessoas jurídicas de que sejam gestores, celebrem novas parcerias, termos de fomento ou contratos com o Poder Público em qualquer esfera (federal, estadual ou municipal), inclusive com a administração indireta.

Sobre o contrato entre a prefeitura e o ICB o ministro atesta que o instituto foi selecionado em chamamento público promovido pela administração municipal e passou a administrar contrato de elevado valor, inicialmente estimado em R$ 108 milhões e posteriormente ampliado por aditivos contratuais.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

Também ressaltou uma operação da Polícia Civil, conduzida pela 2ª Delegacia de Crimes Contra a Administração Pública, deflagrada em 1º de junho deste anos com o objetivo de cumprir mandados de busca e apreensão em endereços pertinentes ao Instituto Conhecer Brasil (ICB), à sua representante legal Karina

Ferreira da Gama e a empresas a ela relacionadas.

Dino diz ainda que a "a ANC aparece repetidamente como destinatária de recursos provenientes de diferentes empresas financiadas pelo ICB. Foram identificados os repasses provenientes da Complexsys, Fastfuture, Ultra IP mencionados nas tabelas acima, e também R$ 300.000,00 da Distribuidora LMS".

"As movimentações narradas apresentam fortes indícios de retorno dos recursos públicos pagos ao ICB para a esfera de disponibilidade dos próprios responsáveis pela OSC, com potencial caracterização de desvio e contornos de lavagem de dinheiro", diz outro trecho da decisão

A investigação aponta que a ANC repassou os seguintes valores das empresas pagas pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB):

Complexsys: repassou R$ 2. 626.949,69 e R$ 1. 308.986,33 para a ANC;

Ultra IP: repassou R$ 1.336.201,50 para a ANC;

Fastfuture: repassou R$ 603. 136,12 para a ANC;

Distribuidora LMS: repassou R$ 300.000,00 a ANC;

Total: R$ 6.175.273,64

O prefeito da capital paulista diz que quer entender se a decisão vale para contratos já assinados. Se valer, ele afirma que vai romper o contrato de R$ 108 milhões anuais com a entidade da empresária investigada por lavagem de dinheiro.

"Importante dizer que o contrato foi assinado depois de uma licitação que ficou aberta 30 dias. Tudo dentro da lei. Nós temos 3200 pontos na cidade que estão funcionando plenamente e os serviços [do ICB] estão sendo prestados. (...) Se a empresa realmente não puder ter mais contrato com ninguém, com uma decisão sem verificar antes se ela [Karina da Gama] é culpada ou se ele [Flávio Dino] vir com uma criminalização antecipada, a gente vai ter que romper o contrato. E deixar de ter 3200 pontos de wi-fi nas comunidades e favelas", esclareceu Nunes

Leia a integra da nota da Prefeitura de SP

"A Prefeitura de São Paulo repudia qualquer tentativa de criar relações entre projetos e programas do Município e a produção cinematográfica do filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. A administração municipal reitera que a obra não recebeu recursos municipais. A assinatura e execução do termo de colaboração firmado com o Instituto Conhecer Brasil (ICB) não têm qualquer irregularidade identificada. O Programa Wifi Livre segue em pleno funcionamento na cidade com 3.200 pontos instalados e mais de 760 milhões de acessos registrados, conforme pode ser verificado no link. https://wifilivrecomunidades.org/sp.

Atualmente, o custo de manutenção de cada ponto de Wi-Fi é de R$ 1.280,80, valor menor do que os praticados na gestão Haddad, quando cada ponto chegou a custar R$ 8.899,13. Vale destacar que o Tribunal de Contas do Município (TCM-SP) julgou irregular a execução do contrato de 2014 por falhas de autenticação, monitoramento e qualidade do serviço. Em relação à parceria com o ICB, a Controladoria

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Geral do Município (CGM) acompanha as investigações desde as primeiras denúncias e instaurou procedimento em maio de 2026, que segue andamento".

Clique aqui e se inscreva no canal do BNews no YouTube!

Classificação Indicativa: Livre

Fonte original: https://www.bnewssaopaulo.com.br/noticias/politica/dino-puxa-para-o-stf-investigacao-sobre-supostas-fraudes-em-contrato-de-wi-fi-da-prefeitura-de-sp-com-ong-de-produtora-do-dark-horse.html · Coletado em 29/09/2026 10:04 · Gerado em 29/11/2026 01:12

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.